

# Diário Oficial do MUNICÍPIO

**ANO 2025** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANÓPOLIS - BA

A Prefeitura Municipal de Santanópolis, Estado da Bahia, visando a transparência dos seus atos, vem a PUBLICAR:

# CONTRATO N° 101/2025 CREDENCIAMENTO N° 001/2023

LEI Nº 12.527/2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.



Gestor: Gilson Cerqueira Almeida

Sec. de Governo:

**Editor:** Ass. de Comunicação PM Santanópolis - BA

Leia o Diário Oficial do Município na Internet ACESSE

www.indap.org.br







# CONTRATO N° 101/2025 CREDENCIAMENTO N° 001/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 182/2023

2

O Município de Santanópolis, através da Prefeitura Municipal de Santanópolis, e do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 13.613.883/0001-57, localizado na Praca João Nery, Centro, nº s/n, Centro, Santanópolis-BA, CEP 44.260-000, legalmente representado neste ato por seu prefeito, o Sr. Gilson Cerqueira Almeida, brasileiro, casado, portador do CPF nº 824.851.355-68, e pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde Sr. (a) Nívia Lusiane Cerqueira Sena, portadora do CPF nº 025.566.105-30, ambos residentes e domiciliados na cidade de Santanópolis-BA, neste Estado, neste ato denominado CREDENCIANTE e de outro lado a empresa UNIBAHIA MEDCENTER EIRELI, inscrita no CNPJ: 42.695.324/0001-31, com sede na Rua José de Alencar, 114, Ginásio, Serrinha-BA, CEP: 48.700-000, neste ato representada por Lucas Lima Barreto, inscrito no CPF nº 051.324.885-44, doravante denominada CREDENCIADA, têm entre si justo e CREDENCIAMENTO, sujeitando-se avençado presente CREDENCIANTE CREDENCIADA às normas disciplinares da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, me- diante as cláusulas e condições que se seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente CREDENCIAMENTO tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS SAÚDE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EM CARATER COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

## 2. Especialidade:

SERVIÇOS DE MÉDICO PSIQUIATRIA	Ministrar atendimento médico especializado dedicado à saúde auxiliando a		
	diagnosticar, estudar e tratar perturbações mentais, orientando os pacientes a encontrar o equilíbrio e a adaptação ao seu ambiente, com a ajuda da terapia e da		
	psicofarmacologia, e demais exames e atos que digam respeito às especialidades que		
	tenham íntima correlação com a psiquiatria, além de emitir receitas e prescrever		
	tratamentos		

2. Este CREDENCIAMENTO fica vinculado aos termos do Edital do Credenciamento nº. N.º 001/20223-FMS.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

- 1. O valor total deste CREDENCIAMENTO é de R\$ 56.880,00 (cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta reais). No valor CREDENCIADO estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para entrega completa dos objetos discriminados nos anexos do Edital.
- 2. Os preços serão fixos e irreajustáveis;

Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI

GEGINDAP GERNCAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS



- 3. É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índice de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou insumos utiliza- dos nos Credenciamentos de prazo de duração igual ou superior a um ano, sendo nula, por sua vez, qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.
- 4. Caso haja reajuste de preços, os mesmos serão calculados pela tabela do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Excepcionalmente, poder-se-á utilizar outros parâmetros de reajuste, desde que reflitam a variação dos custos de produção ou in- sumos utilizados pelos credenciados, respeitados os preços médios praticados na região.
- 5. O pagamento será efetuado de acordo com a prestação de serviço, até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela competente liquidação da despesa.
- 6 Se o serviço não for executado conforme as especificações, o pagamento ficará suspenso até execução correta.
- 7 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua representação, desde que devidamente regulariza- dos.

# CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO OBJETO

- 1 O CREDENCIAMENTO terá vigência de 12 (dose) meses.
- 2 O prazo para início dos serviços será a partir da assinatura do CREDENCIAMENTO, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com as especificações da lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.
- 3 A CREDENCIADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo do objeto CREDENCIADO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CREDENCIAMENTO.
- 4 A secretaria de Saúde poderá recusar todo e qualquer serviço realizado em desacordo com a Autorização, no que se refere à execução do mesmo com o apresentado no REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO, obrigando-se a CREDENCIADA a executá-lo de modo pertinente sem quaisquer ônus adicionais.

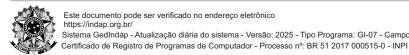
# CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 - Os recursos decorrentes dessa contratação estão previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

2023-2036-2060-2038-339039-02/14

# CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 1. Deverá a CREDENCIADA observar, também, o seguinte:
- 2. Este CREDENCIAMENTO poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CREDENCIANTE, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este CREDENCIAMENTO.





- 3. Durante a sua vigência o CREDENCIAMENTO será acompanhado e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saúde, Controladoria Interna da Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Saúde ou por servidores e empresas devidamente autorizados para tal, representando o CREDENCIANTE. Também estará sujeito a fiscalização, auditoria e inspeção pelos demais órgãos de controle interno e externo.
- 4. A Secretaria Municipal de Saúde anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do CREDENCIAMENTO, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao órgão competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 6. Além do acompanhamento e da fiscalização, o gestor do CREDENCIAMENTO designado pela CREDENCIANTE poderá, ainda, sustar qualquer execução que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
- 7. Não obstante a CREDENCIANTE seja a única e exclusiva responsável pela execução do CREDENCIAMENTO, a CREDENCIANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto ajustado, diretamente ou por prepostos designados.

### CLÁUSULA SEXTA- DAS PENALIDADES

- 1. A CREDENCIADA está sujeita à multa de 0,6 % (zero vírgula seis por cento) sobre o valor total deste CREDENCIAMENTO por dia e por descumprimento de obrigações fixadas no Edital. A multa tem de ser recolhida pela CREDENCIADA no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da notificação.
- 2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste CREDENCIAMENTO, a Administração do CREDENCIANTE ou Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções:
- 2.1 Advertência;
- 2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CREDENCIAMENTO, no caso de inexecução total do objeto CREDENCIADO, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias, contado da comunicação oficial;
- 2.3 Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CREDENCIANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 3. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CREDENCIADA que:
- 3.1 Ensejar o retardamento da execução do objeto deste CREDENCIAMENTO;
- 3.2 Não mantiver a proposta, injustificadamente;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico



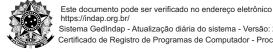
- 3.3 Comportar-se de modo inidôneo;
- 3.4 Fizer declaração falsa;
- 3.5 Cometer fraude fiscal;
- 3.6 Falhar ou fraudar na execução deste CREDENCIAMENTO.
- 4. Além das penalidades citadas, a CREDENCIADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CREDENCIANTE e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.
- 5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CREDENCIANTE, a CREDENCIADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 1 a 3 desta Cláusula.
- 6. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas à CREDENCIADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

## CLÁUSULA SÉTIMA- DA RESCISÃO

- 1. A inexecução total ou parcial deste CREDENCIAMENTO enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 2. A rescisão deste CREDENCIAMENTO poderá ser:
- 2.1 Determinada por ato unilateral e escrita da Administração do CREDENCIANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CREDENCIADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CREDENCIANTE;
- 2.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 3.1 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

- 1.As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimi- das administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Irará-BA, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente CREDENCIA- MENTO em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CREDENCIANTE e CREDENCIADA, e pelas testemunhas abaixo.







SANTANÓPOLIS-BA, 10 de julho de 2025.

NIVIA LUSIANE CERQUEIRA SENA Secretaria Municipal de Saúde

UNIBAHIA MEDCENTER EIRELI - CNPJ: 42.695.324/0001-31 **CONTRATADA** 

ΓESTEMUNHAS:		
1		
CPF		
2	 	
CPF		

